

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ANGELA ALINE DE MELO AMARAL

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS TESTES ABC PARA O PROCESSO DE  
ALFABETIZAÇÃO.

MARINGÁ  
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ANGELA ALINE DE MELO AMARAL

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS TESTES ABC PARA O PROCESSO DE  
ALFABETIZAÇÃO.

Artigo apresentado como Trabalho  
de Conclusão de Curso sob a  
orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Maria  
Cristina Gomes Machado, da  
Universidade Estadual de Maringá.

MARINGÁ  
2011

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a minha filha Késia, que está em fase de alfabetização e a todas as crianças que estão e serão alfabetizadas futuramente.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por me dar o direito de viver e concluir este trabalho;

Aos meus pais Iraci e Wanderley, pelo incentivo e apoio.

Ao meu esposo José Geraldo, pela compreensão e carinho.

À minha filha Késia, pela alegria que foi capaz de diminuir os obstáculos.

Aos meus irmãos Marisa e Jefferson, pelo companheirismo.

À minha orientadora, Maria Cristina, que prontamente me atendeu durante este trabalho.

Às meninas do nosso grupo de estudo nestes quatro anos de curso, Ana Paula, Olívia, Suzana, Suzi e Vilma pela amizade vivenciada.

## Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                               | <b>06</b> |
| <b>2. Do autor e sua obra.....</b>                      | <b>09</b> |
| <b>3. Os Testes ABC- descrição e fundamentação.....</b> | <b>13</b> |
| <b>4. Os testes ABC.....</b>                            | <b>19</b> |
| <b>5. Considerações finais.....</b>                     | <b>30</b> |
| <b>6. Referências .....</b>                             | <b>31</b> |

## A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS TESTES ABC PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.

ANGELA ALINE DE MELO AMARAL<sup>1</sup>  
MARIA CRISTINA GOMES MACHADO<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a importância histórica dos Testes ABC de Lourenço Filho (1987-1970) para a educação brasileira, destacando suas contribuições para o processo de alfabetização, por meio da análise do livro *Testes de ABC - Para verificação da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e da escrita*, escrito em 1933. Ao considerar o contexto educacional em que os testes ABC foram gestados e as propostas de alfabetização do autor, percebe-se que a alfabetização não se resume em nível de maturidade, nem aos fatores biológicos e psicológicos da criança de modo a não possibilitar a aplicação deste método na atualidade, contudo deve-se ressaltar a importância histórica desses testes para a organização da escola pública brasileira.

**Palavras-chave:** Lourenço Filho, Testes ABC, Alfabetização.

### 1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar a importância histórica dos testes ABC de Lourenço Filho<sup>3</sup> (1987-1970) para a educação brasileira, destacando suas contribuições para o processo de alfabetização. Para tanto, utilizou-se como fonte o livro *Testes de ABC - Para verificação da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e da escrita*<sup>4</sup>, escrito em 1933<sup>5</sup>. Tal verificação nos remete a algumas indagações: Quais eram os testes propostos por Lourenço Filho? Como eram aplicados? Para quais crianças? Quais resultados se obtiveram?

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: angela-aline@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mcgmachado@uem.br

<sup>3</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho, educador brasileiro, nascido em 10 de março de 1897, na cidade de Porto Ferreira, no interior do Estado de São Paulo, em 1929, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi professor de psicologia e Pedagogia na escola normal de Piracicaba em 1921. Dedicou-se nas questões educacionais, destacando-se na psicologia educacional na qual publicou vários trabalhos dentre eles Testes ABC, para verificação da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e da escrita. Integrado ao movimento da Escola Nova em 1930, fora um dos principais representantes, no qual realizou reformas em São Paulo e no Ceará, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros em 1932, Lourenço Filho escreveu e se dedicou no campo educacional por toda vida. De acordo com Saviani (2008, p.206), “animou o ambiente pedagógico do país até a sua morte, em 3 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, quando foi acometido de um colapso cardíaco duas horas antes de proferir palestra sobre sua obra no Ministério da Educação e Cultura (MEC)”.

<sup>4</sup> Na sequência este livro será referenciado como Testes ABC.

<sup>5</sup> De acordo com Saviani (2008, p. 205), a 1ª edição do livro Testes ABC, foi em 1933, no entanto Mortatti (2000, p. 156) afirma ter sido em janeiro de 1934.

Analisa-se o contexto educacional em que foi gestada a obra deste autor a fim de compreender como se esboçou o processo de alfabetização no Brasil a partir da República (1889), bem como o contexto social e político da época em que foram teorizados e aplicados os testes ABC. Nesse sentido, destaca-se o contexto histórico da inserção dos referidos testes na escola primária e sua importância para a educação nacional, bem como a vida de Lourenço Filho, observando quais os critérios de realização dos testes que lhe permitiram verificar o grau de maturidade da criança.

É importante considerar-se a história e a organização da escola pública primária republicana, discutindo questões como a superação do fracasso escolar na alfabetização que já se fazia presente neste cenário e que “[...] vem se impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes”. (MORTATTI, 2006, p. 03). Este contexto trouxe à tona a importância que a questão da alfabetização tinha no Brasil. Este país era caracterizado por uma economia agrária e apresentava um alto índice de analfabetismo.

Esta pesquisa está relacionada às questões de alfabetização, como aquisição da leitura e da escrita e sua inserção na escola primária no contexto republicano. Por meio dos acontecimentos sociais e políticos da época busca-se compreender a visão do autor, bem como seu trabalho de verificação da maturidade necessária para aquisição do ensino da leitura e da escrita nas escolas primárias.

A década de 1930 se adaptava às várias reformas educacionais ocorridas desde a implantação dos grupos escolares no Estado São Paulo em 1892, bem como “[...] cabe registrar, além da reforma paulista de 1920, a reforma cearense de 1922, encabeçada por Lourenço Filho”. (SAVIANI, 2008, p.177). Buscava-se meios para a realização dos ideais republicanos de civilizar e moralizar o povo. O período passava por mudanças e transformações educacionais, em busca do método mais adequado que solucionasse os problemas de repetência, evasão escolar e os altos índices de analfabetismo. Para isso era preciso não somente trazer as massas populares para a escola, mas oferecer um ensino que realmente desenvolvesse a alfabetização da população com vistas à formação dos eleitores.

Lourenço Filho procurou entender as questões psicológicas que envolviam o processo de alfabetização na sua época. A primeira edição dos testes de ABC fazia menção à utilidade de exercícios de valor compensatório ou corretivo, confirmado por experimentos que se incluíram nas próximas edições do livro. O envolvimento do autor com as questões educacionais se acentuava cada vez mais e é neste cenário que se acredita estar a visualização de questões que auxiliem na compreensão do contexto de alfabetização atual que, desde a República, se impõe de maneira cada vez mais complexa. Dentre os diversos fatores que tem

influência direta nesse processo, destaca-se a importância histórica que os testes ABC tiveram para a compreensão do processo de aquisição da leitura e da escrita por meio do livro de Lourenço Filho sobre esse tema.

O interesse em estudar os testes de ABC surgiu por meio da inserção no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/2010), o qual tem por objetivo “estimular a docência por meio da implementação de práticas intencionais, sistematizadas e lúdicas que visem os processos de alfabetização e letramento junto a turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental de escolas do sistema público do município de Maringá-PR”. (LUCAS, 2010, p. 1). É, pois, de grande importância a compreensão do processo de alfabetização esboçado no Brasil a partir da República; nesse sentido, concorda-se com o posicionamento de Soares (2004, p. 16), ao considerar que os futuros professores das séries iniciais devem estar preparados para “enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras”.

Esta pesquisa colabora para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, em especial, a questão da alfabetização, na qual o projeto PIBID oportuniza aos acadêmicos participantes enriquecer sua formação como futuros profissionais e contribui com a instituição educacional ao inserir-se no debate sobre alfabetização. Sua relevância reside no fato do educador estar esclarecido quanto à influência de questões sociais e psicológicas presentes no aprendizado da leitura e da escrita, e diante disso buscar preparação para enfrentar tais problemas no cotidiano escolar, de modo a considerar o direito de todos a aprender a ler, escrever e fazer uso dessas habilidades.

A realização desse artigo se efetivou, mormente, por meio da análise do livro *Testes ABC, para verificação da maturidade necessária à leitura e a escrita*, balizada em autores que já discutem a temática. Para tanto, fez-se necessária a retomada do contexto histórico e reflexões sobre alfabetização no contexto atual.

O artigo apresenta a preocupação de Lourenço Filho em verificar o grau de maturidade necessário para o ensino da leitura e da escrita, pois o autor considera a superioridade da psicologia no trabalho de detectar os problemas de aprendizagem, para facilitar o trabalho dos professores alfabetizadores em um cenário de descobertas e transformações na educação brasileira. Nesse sentido, primeiramente, expôs-se o contexto de publicação do livro em análise, as ideias e propostas do autor, seguidos da descrição do livro, os fundamentos e avaliação utilizados pelo autor para a formulação dos Testes ABC; posteriormente, destaca-se a aplicação dos testes e seus desdobramentos na composição das classes seletivas; por fim a descrição e análise dos oito testes, bem como as implicações no ensino da leitura e da escrita,



concluindo com considerações a respeito da análise e sua relevância para a educação brasileira.

## **2. Do autor e sua obra – informações necessárias**

No final do século XIX, a educação vivenciava momentos de modernização, no Brasil e em outros países, com a implantação da escola graduada e do ensino simultâneo. No caso brasileiro, o objetivo era “[...] modernizar a educação elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos”. (SOUZA 2006, p. 35). A primeira experiência nesse sentido foi em 1893 em São Paulo.

A preocupação com o ensino primário se dava em muitos países europeus e nos Estados Unidos, em 1890, segundo estudos realizados, percebe-se o privilégio da educação popular e escolarização em massa na constituição dos sistemas nacionais de ensino. Neste cenário de construção da escola graduada com o intuito de “moralizar, civilizar e consolidar a ordem social” (SOUZA 2006, p. 36), um dos grandes desafios foi o de reorganização pedagógica para atender o ensino simultâneo. A escola graduada tinha como característica ser homogênea, classificar as crianças pela idade cronológica, surgindo nesse período a noção de série e classe, conforme explicita Souza (2006).

O pensamento educacional foi influenciado pela organização pedagógica que se constituiu em um dos embates nesse período, com destaque para o método intuitivo ou lições de coisas e o ensino concêntrico. O primeiro, tendo como representante Pestalozzi, tinha como pauta a intuição, partindo do particular para o geral, daquilo que é conhecido para o desconhecido, e do concreto para o abstrato; o segundo organizava-se em ensinar todas as matérias simultaneamente, acrescentando grau de dificuldade a cada ano. (SOUZA, 2006).

No Brasil, as condições das escolas públicas eram precárias no início da República. Sua renovação se fazia necessária no âmbito político, social e cultural. Além de democratizar o acesso à leitura e à escrita, tratava-se da “[...] implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira”. (SOUZA 2006, p.51). Far-se-ia necessário, neste momento, formar o sentimento patriótico no povo e retirá-lo da condição de Jeca-Tatu<sup>6</sup>. Visualiza-se, aí, a

---

<sup>6</sup> Esta era a caricatura do caboclo brasileiro que vivia à margem da sociedade e levava vida de bicho. Ele vivia do que a natureza oferecia, cultivando alimentos que não exigiam muitos esforços, tais como: o cultivo desorganizado do milho, da cana-de-açúcar e da mandioca. Esta personagem se refugiava nas matas à medida que chegavam os imigrantes, o arado e a civilização. Representava assim, o atraso, a pobreza e o obscurantismo reinante no país, no início do século XX. Monteiro Lobato defendia a modernização do Brasil e a transformação desse típico homem brasileiro que destruía tudo a sua volta. Ao descrevê-lo em sua miséria

necessidade de formar os sujeitos para manter a ordem do país e se alcançar o progresso. No início da República, instaurada em 1889, Veríssimo (1985, p. 43) destaca a importância da educação “[...] Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra”.

Souza (2006) afirma que a institucionalização da escola primária se deu de forma lenta, pois entre os anos de 1894 e 1910, somente foram instalados cento e um grupos escolares no Estado de São Paulo, dos quais vinte e quatro na capital e outros setenta e sete no interior. Nesses estabelecimentos eram visíveis as más condições estruturais, físicas e a falta de mobiliário, equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos; bem como a existência dos problemas de formação dos profissionais e dos vários métodos de ensino.

Era urgente a expansão do ensino primário, visto o crescente número de analfabetos que se evidenciava desde a década de 1920, com cerca de 74,2%, em uma população de 547.975 crianças em idade escolar no estado de São Paulo, e se estendia ao longo das próximas décadas, devido a um grande número de crianças que trabalhavam para ajudar na renda familiar. Freire (2005) sustenta que um surto de industrialização envolvia o país e se intensificava nas décadas de 1920 e 1930, aumentando a necessidade de se alfabetizar não somente as crianças, mas os jovens e adultos que constituiriam a mão-de-obra nesta nova fase que principia a industrialização.

A escola primária se expandiu em um cenário de desafios e precárias condições, devido à falta de recursos públicos, que não lhe permitiram alcançar seus objetivos de modernização da sociedade pela excelência do ensino. Instalado o modelo republicano no Brasil em 1889, a crença na educação como instrumento de modernização evidenciava-se pela reforma Benjamin Constant (1890), em nível federal, e outra, em nível estadual na escola primária Caetano Campos (1892), conforme Nagle (1978). O mesmo autor enfatiza que o entusiasmo pela educação promoveu o surgimento de fervorosas discussões no campo da educação. Segundo ele, “desiludidos com a República”, os intelectuais viam a educação como chave para a solução dos problemas sociais, econômicos, políticos e outros.

Nesse cenário de difusão da instrução pública como solução para os problemas do país foi que se constituiu a Associação Brasileira de Educação (ABE), propiciando espaço para vários movimentos em prol da educação e reformas educacionais em vários estados. Dentre as reformas realizadas nesse período estão: no ano 1920, em São Paulo, por Sampaio Dória; em 1923, no Ceará, por Lourenço Filho; em 1925, na Bahia, por Anísio Teixeira; em 1927, em

---

contrapunha-se aos escritores que idealizavam essa figura (MACHADO, 2002).

Minas Gerais, por Francisco Campos; em 1928, no Distrito Federal, por Fernando de Azevedo; em 1929, em Pernambuco, por Carneiro Leão; e na década de 1930, novamente por Lourenço Filho, em São Paulo. Para Nagle (1978), estas reformas constituíram-se em um novo passo rumo à ampliação da rede e da clientela escolar.

O outro momento de muita importância para a educação no período republicano é que Nagle (1978) denomina de “otimismo pedagógico”, no qual se introduzia a ideia de que, além de se difundir a instrução pública como no “entusiasmo pela educação”, era preciso remodelar a escola, ou seja, substituir o modelo já existente por outro. São introduzidos nesse momento os ideais da Escola Nova em 1927, aplicados nas escolas primárias e normais, para competir com o modelo tradicional já implantado.

O movimento da Escola Nova contou em um primeiro momento com o apoio de Francisco Campos, em 1930, indicado para a pasta da Educação e Saúde Pública. Ele além de integrante do movimento da escola nova, havia dirigido a reforma da instrução pública em Minas Gerais, acompanhado por Mário Casasanta em 1927–1928. (SAVIANI, 2008).

No Brasil, Lourenço Filho é considerado como um dos mais importantes escolanovistas. Em 1930 publicou o livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, resultado de um curso ministrado na Escola Normal da Praça da República, organizado em forma de cinco lições. Este pode ser assim descrito:

A primeira lição empenhou-se em explicar o que se deve entender por Escola Nova, abordando o tripé científico em que a proposta se assenta: os estudos de biologia, de psicologia e de sociologia, destacando as conquistas da Escola Nova nesses três domínios. As três lições intermediárias foram dedicadas à apresentação da Educação Nova, distinguindo-se os que tinham um caráter de experimentação e ensaio e aqueles de base científica. Os primeiros foram tratados na lição II. Os segundos foram objeto das lições III e IV. Expondo na lição III os sistemas de Montessori e de Decroly e na lição IV o sistema de projetos. Na lição V, denominada “questões gerais”, foram abordados problemas de filosofia da educação e de política educacional. (SAVIANI, 2008, p. 200).

Estas, posteriormente, foram revistas e compuseram, a partir da 7ª edição, a seguinte organização: as bases, os sistemas e a problemática. Signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, Lourenço Filho representa, segundo Saviani (2008), as bases psicológicas do movimento renovador devido seus estudos na área da psicologia aplicada.

O supracitado manifesto “[...] constitui-se como um documento histórico sobre o momento em que se traçaram as bases da política nacional de ensino”. (MACHADO, 2009, p. 103). O documento fora escrito por vinte seis educadores representantes da escola nova e

visava uma renovação educacional. Seu principal redator fora Fernando de Azevedo. Além dele, pode-se mencionar Anísio Teixeira, Sampáio Dória, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, Paschoal Lemme e Lourenço Filho, educadores que se destacaram na luta por uma educação nova, criticando o formato de ensino já implantado como verbalista e artificial. Nesse momento, “[...] o contexto social brasileiro agitava-se em um panorama de transformações mundiais, marcadas por acontecimentos gigantescos, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por meio da qual os países desenvolvidos buscavam manter ou constituir seus impérios, e a Revolução Russa (1917) que inaugurou a primeira experiência socialista no mundo”. (MACHADO, 2009, p. 103). Estes acontecimentos influenciaram diretamente no processo de industrialização que se desenvolvia no Brasil, após a abolição da escravidão causando impacto direto na formação da mão-de-obra do país, que se pretendia realizar por meio da educação.

O referido documento trazia as diferenças básicas entre as escolas nova e tradicional, que não estavam essencialmente na forma manual do trabalho, mas em fatores psicobiológicos. Enquanto a tradicional oferecia um ensino de fora pra dentro, considerando todos com as mesmas capacidades para aprender, os escolanovistas consideraram as características biológicas como determinantes no processo de aprendizagem do indivíduo. Desta forma, todos aprenderiam de modo diferenciado. O ensino da leitura e da escrita foi incorporando o aspecto psicológico, em detrimento do pedagógico e linguístico, devendo ser de forma rápida, econômica e eficaz, atendendo os objetivos políticos do momento (MORTATTI, 2000).

De acordo com Saviani (2006), o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* expressava um projeto de reconstrução da sociedade por meio da reconstrução educacional, cabendo ao poder público a responsabilidade de oferecer uma educação laica, gratuita e obrigatória em todo o país. Consoante a essas ideias é que o autor considera o documento como um legado para o século XX, pois “[...] é um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo país”. (SAVIANI, 2006, p. 35).

Lemme (2005), um dos signatários do *Manifesto*, destaca que, entre as características principais do referido documento, expressava-se uma concepção de educação pautada nos princípios democráticos de igualdade de oportunidade para todos, assegurados pela obrigatoriedade, gratuidade e laicidade, devendo atender tanto meninos como meninas. Para

ele a organização do ensino seria responsabilidade do Estado, visto que a educação era considerada o mais grave dos problemas nacionais.

Os educadores envolvidos no ideário escolanovista almejavam uma nova formação do indivíduo, capaz de questionar e resolver seus próprios problemas, pois “[...] a grande sociedade está para se constituir e o homem deve ser preparado para ser um membro responsável e inteligente desse novo organismo”. (TEIXEIRA, 2000, p. 34).

Para tanto, a escola nova buscou as bases da educação, primeiramente, na biologia em que lhe desvendou todo o desenvolvimento biológico e a necessidade do cuidado e estímulo desde o nascimento, incluindo a relação com a higiene (como prevenção) e a medicina que compensa ou cura (LOURENÇO FILHO, 1961). Entretanto, faltava algo que viesse complementar o entendimento do educador a respeito do educando. Por isso buscou-se na psicologia alguns dados para alcançar este objetivo. Tais ideias estavam impressas na fundamentação dos testes ABC propostos por Lourenço Filho. Esses testes serão analisados a seguir.

### **3. Os Testes ABC – descrição e fundamentação**

O livro Testes ABC - Para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita, obteve, de acordo com Mortatti (2000), 12 edições, sendo a primeira em 1934 e a última em 1974. Para esta análise, utilizou-se a 11ª edição datada de 1969; as edições acompanharam o auge da carreira de Lourenço Filho. Cabe ressaltar que atualmente encontra-se digitalizada a 13ª edição (LOURENÇO FILHO, 2008). O livro foi resultado do envolvimento do autor com a educação escolar, na qual seus trabalhos educacionais, já na área da psicologia, detiveram-se nas questões de “avaliação, medida e testes de aptidão”. (SAVIANI, 2008, p. 204).

Minuciosamente descrito por Mortatti (2000), o livro estruturava-se nas primeiras edições em quatro capítulos; a partir da 6ª edição, de 1957 foram inseridos os dois últimos capítulos, referentes ao tratamento corretivo, observação clínica e as crianças problema. A autora afirma que a 10ª edição, de 1967 foi a mais vendida, com 10000 exemplares. Nas orelhas e opúsculos do livro, está a fala dos educadores e pesquisadores elogiando o trabalho do autor e sua obra que repercutiu internacionalmente.

Por meio dos Testes ABC, Lourenço Filho expressou um novo sentido para a alfabetização, como afirma Mortatti:

Fundamentado na distinção valorativa entre tradicional (velho e atrasado) e moderno (novo e avançado), a fim de se marcar o início de um processo de mudança modernizadora, esse discurso simultaneamente incorpora e produz um novo sentido para o termo “moderno”, que busca definir não contra, mas como *independente* em relação ao passado – embora a partir dele, este tido como “inútil” e indiferente para a inovação. (MORTATTI, 2000, p.170).

Para a autora supracitada, a alfabetização naquele momento tornara-se passível de medida, considerando somente os aspectos biológicos. É nesse contexto que o educador Lourenço Filho se propõe a elaborar testes para medir a maturidade necessária para o aprendizado da leitura e da escrita resultando no livro Testes ABC, o qual está organizado da seguinte maneira: uma introdução com 16 subitens e mais seis capítulos divididos em subitens para melhor desenvolver o assunto.

O primeiro capítulo aborda os testes ABC e seus fundamentos, sendo estes leitura e escrita, no qual o autor apresenta essas concepções, analisadas por pesquisadores ao longo do tempo, bem como a simultaneidade desses atos; mostra o problema em termos de maturidade, além de conter uma breve análise dos testes analíticos e sintéticos e descrever como foram fixados os oito testes ABC.

O segundo capítulo trata dos testes ABC e sua aferição. Lourenço Filho expõe a necessidade de se fazer uma avaliação numérica e demonstra a importância da escolha e comparação das provas para obtenção da eficácia dos testes. Foram analisados, o ambiente social, a idade cronológica, a idade mental, o Quociente Intelectual (QI), a diferença por sexo, a diferença por cor, a própria fidedignidade dos testes, sua validade e, ainda, uma análise fatorial dos mesmos.

O terceiro capítulo, apresenta os resultados de sua aplicação, concluindo que os testes ABC serviam para diagnóstico e prognóstico, de acordo com os fins previstos. Os testes, que seriam para avaliar casos individuais, de acordo com o autor, referiam-se, especificamente, ao trabalho da leitura e escrita e não às funções gerais abstratas, como atenção, memória, imaginação e raciocínio. Está descrito neste capítulo a aplicação dos testes pelo próprio autor, no ano de 1928 a 1930, em São Paulo, em classes de 1º grau da escola experimental anexa ao Liceu Rio Branco, obtendo-se resultados consideráveis para a conclusão do livro. Os testes eram apresentados em forma de jogo, buscando o propósito da leitura e da escrita. O autor apresenta neste capítulo, um diagnóstico médio das classes, triagem para o estudo individual, prognóstico, organização das classes seletivas e ensaio para estas classes, os resultados práticos da aplicação dos testes nas escolas de São Paulo e avaliação dos resultados e dos benefícios, bem como a opinião de diretores e professores.

No quarto capítulo, Lourenço Filho apresenta o guia de exame, no qual esclarece as normas gerais para a aplicação dos testes, pontuando a duração, aplicação para alunos novatos, local da prova, condições do examinado, condições do examinador e explica os oito testes, bem como a utilização dos materiais, a aplicação e a avaliação.

No quinto capítulo verificaram-se os testes ABC como recurso de estudo individual e tratamento corretivo, abordando uma visão geral do problema por meio de estudo individual dos alunos, condições de aprendizagem, orientações no caso de crianças imaturas, exercícios recomendados e o caso das crianças canhotas.

No sexto capítulo, o autor conclui o livro, escrevendo sobre a observação clínica e as crianças problema. Foram apresentadas a pesquisa da Prof.<sup>a</sup> Ofélia Boisson Cardoso e as conclusões e considerações finais, nas quais o autor relata a necessidade de utilização dos testes.

Com o firme propósito de chegar ao nível de maturidade requerido para leitura e escrita, confirmado por ele mesmo em pesquisa experimental, afirma Mortatti (2000), Lourenço Filho apresentou as dificuldades da escola primária e a necessidade de uma função socializadora mais profunda e extensa. Para o autor, a confusão do ensino de primeiras letras, no Brasil, residia naquele momento no fato de:

[...] assimilar a fase inicial da cultura de um povo, iletrado como o nosso com o indivíduo ignorante, e imagina-se que a construção de cultura no plano social se deva fazer, igualmente a do plano individual, por etapas sucessivas, em relação a totalidade da população. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 14).

Justificava-se dessa maneira o trabalho de verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. Para o autor, a questão da alfabetização não era o problema preliminar e único da cultura brasileira, mas a ele deveria ser dispensada muita atenção. O problema maior, no momento, era a cultura do povo. A questão da leitura e da escrita estava entre os principais problemas; tanto em escolas brasileiras como em outros países, era tão grave que se fazia necessária uma “transformação radical” do uso da leitura nas escolas. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.15).

O autor expôs como estava sendo encarado o problema da leitura e da escrita devido aos altos índices de repetência do 1º ano e acentuou que as tentativas nesse sentido eram consideráveis na produção de cartilhas, jogos, cadernos, dominós, entre outros. Lourenço Filho (1969) fez uma crítica ao dizer que faltava uma teoria definida para o processo da aprendizagem da leitura e da escrita, pois para ele, a desejosa vontade de ensinar a ler e escrever rápido e facilmente tinha feito com que os mestres priorizassem ora os sentimentos,

ora o comércio na venda de cartilhas. É importante destacar que o autor escreveu, em 1928, a *Cartilha do Povo - Para ensinar a ler rapidamente* (LOURENÇO FILHO, 1953), a qual obteve muito sucesso em suas edições, que foram mais de 115, atingindo milhões de exemplares em todo o país. Ela expressava um caráter metódico misto analítico-sintético, conforme exposto por Bertolotti (2006). Para Lourenço Filho, podia-se ensinar a ler e escrever bem sem prejuízo ao desenvolvimento da criança, até mesmo pela silabação, mas com “artifícios e motivações”, pois não existia mágica para se ensinar a ler. O autor propôs uma nova maneira para ensinar a ler e escrever, que considerava a criança, pois, segundo ele, “a criança fica esquecida” na forma como a alfabetização estava sendo realizada. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.17). O modelo vigente poderia ser caracterizado como da escola tradicional, visto que privilegiava o ensino do professor - o centro do processo. O professor deveria conhecer o conteúdo, aplicá-lo e exigir dos alunos que eram padronizados e todos tinham condições iguais de aprendizagem, conforme analisado por Saviani (2006).

Lourenço Filho (1969) pontuou que era preciso estudar a criança antes de querer ajustá-la ao modelo de escola que a deveria ensinar. Este era um dos princípios da escola nova que considerava o aluno mais importante no processo de aprendizagem, devendo ser respeitadas suas individualidades. Na introdução do livro *Testes ABC*, Lourenço Filho criticava a idade cronológica estabelecida por lei para aprender a ler e a escrever, justificando que desta forma os “maturados e imaturados” seriam alunos da mesma classe. Propunha, assim, uma “apreciação rápida” que determinasse a capacidade de aprendizagem da leitura e da escrita, criando, dessa forma, “classes seletivas”, o que considerava “velocidade do ensino”, com economia do tempo e de energia dos mestres, bem como maior produção da escola, visto que mais alunos aprenderiam quando estivessem com o mesmo nível de maturidade.

A partir dessa observação, Lourenço Filho (1969) se propôs a investigar sobre a idade escolar e os *retardados*<sup>7</sup>. Segundo ele, a princípio se considerava retardados e anormais as crianças com idade escolar atrasada dois anos em relação à idade cronológica. Porém, as descobertas se intensificaram e, posteriormente, Binet e Simon apresentaram seus trabalhos a respeito da idade mental, os quais logo foram substituídos pelo (QI), relação entre a idade mental e idade cronológica determinada sob estatística que tinha feito progredir a escola. Quanto às aplicações pedagógicas, de acordo com este teste mental, a escola vetaria a

---

<sup>7</sup> A denominação retardo mental constitui-se, assim, em uma das mais antigas utilizadas para identificar todas as pessoas que apresentam dificuldades para adaptação ao meio por alterações no funcionamento neurológico. Abarca uma série ampla de sintomas e manifestações comportamentais, adaptativas e de desempenho, que tornam complexo o processo de identificação e intervenção (PAN, 2008). O termo utilizado após a declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), passou a ser deficiente intelectual (SASSAKI, 2002, p. 3).



matrícula às classes normais para alunos com QI inferior a 0,80 e, conseqüentemente, levando-os para as classes de institutos especiais.

Um novo problema foi encarado pelos pesquisadores, o de que a idade cronológica e mental não eram suficientemente precisas para a organização das salas de aulas seletivas. Na explicação destes dados experimentais psicológicos, Lourenço Filho se apoiou em pesquisas americanas que seriam “[...] farta em dados experimentais relativas à questão”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.30). Nessa perspectiva, era preciso analisar a relação entre a inteligência e a capacidade geral da leitura e, neste aspecto, foi encontrada uma variabilidade de níveis nas escolas americanas. Mesmo em classes previamente selecionadas foi verificada a mesma variabilidade; diante disto surgiu a necessidade de se estudar os casos individuais, pois os graus de dificuldade de leitura e o grau de inteligência não eram correspondentes, concluiu o autor.

Lourenço Filho destacava que não se pode “[...] separar no ensino, a fase de aprendizagem inicial daquela em que a criança passe a interpretar”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.34). Neste sentido, o objetivo da leitura era não apenas decifrar sinais e reproduzir sons, mas o de permitir a compreensão do que seria lido. No entanto, para transpor tais dificuldades, a criança precisaria “[...] possuir um nível de maturidade geral”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 34). O comportamento da criança, bem como suas predisposições para leitura e escrita, não estariam condicionadas ao interesse, mas ao desenvolvimento orgânico e funcional do cérebro. O autor expressava que “[...] a aprendizagem, por si mesma, tem um efeito que ainda estamos longe de poder precisar, de modo absoluto. Ela supõe, no entanto, um mínimo de maturidade, de onde possa partir qualquer que seja o comportamento considerado”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 35). Portanto, Lourenço Filho enfatiza que, para o exercício da leitura, considerando sua complexidade, far-se-ia necessário um nível de maturação anterior, tornando-se inútil iniciar o aprendizado sem ele.

Mortatti (2000, p. 156) explica que “[...] de acordo com as informações contidas no capítulo III da 1ª edição dos testes ABC, as pesquisas de que derivam o livro iniciam-se, em 1925, na escola-modelo anexa à Escola Normal de Piracicaba”. Dessas pesquisas, Lourenço Filho narrou o surgimento de um novo problema que era o fracasso de crianças consideradas com nível mental suficiente para aprender. Para resolução deste problema, propôs-se a verificar a visão e audição das crianças, mas logo percebeu a importância de verificar todo o processo e não apenas os casos isolados. Houve o incentivo de Henri Pieron, professor da Universidade de Paris, e Mme Pieron, especialista em psicopedagogia, em visita ao laboratório de Lourenço Filho, que com entusiasmo, prosseguiu nesta tarefa, acreditando ser

necessária um certo nível de maturidade para o aprendizado da leitura e da escrita. Como seriam os primeiros estudos da psicologia aplicada, julgava ser alvo de maior interesse entre os professores conseguir diagnosticar os alunos com ou sem essa maturidade. Para tanto, precisavam de provas e testes fáceis que qualquer professor pudesse aplicar.

Para elaboração das provas, far-se-ia necessário esperar a conclusão do período letivo para se verificar os avanços dos alunos e a correlação com resultados das mesmas. Na elaboração dos testes, foram ensaiadas vinte e duas provas, as quais foram reduzidas para dezesseis, doze, dez e, finalmente, estabeleceram-se oito testes. Lourenço Filho, nesta sistematização, contou com o auxílio da professora Noemi Silveira, assistente do laboratório de Psicologia. As primeiras aplicações dos testes fora da escola normal foram no Rio de Janeiro, na Escola Manoel Cícero, aplicados pela professora Cecília Padilha, em 1928.

A proposta se espalhou e muitas outras escolas realizaram a aplicação dos testes. Em 1933, na primeira edição dos *Testes ABC*, algumas correções foram possíveis, de acordo com os resultados obtidos nas escolas, para obter-se mais sensibilidade no processo de medição, segundo Lourenço Filho (1969).

Para descrever os processos de leitura e escrita, Lourenço Filho (1969) afirmava que esses processos possuem uma conexão que se pode analisar de maneira simples, pois o ato da leitura pressupõe o da escrita. Para o autor, a simultaneidade desses processos possibilitaria um aprendizado mais rápido, com mais economia e segurança.

No Brasil, Lourenço Filho afirmou datar de pouco tempo as pesquisas nesse sentido, com destaque para os seguintes trabalhos:

[...] das Sras. Helena Antipall e Lúcia Schmitt, em Belo Horizonte; Serviço de Psicologia Aplicada do Estado de São Paulo, dirigido pela professora Noemi Silveira; Dr. Isaías Alves, Paulo Maranhão e Cecília Meireles no Distrito Federal; Instituto de Psicologia do Recife dirigido pelo Dr. Ulisses Pernambucano, na leitura Associação Brasileira de Educação organizou vários inquéritos, sob iniciativa da professora Armanda Álvaro Alberto. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 46).

Lourenço Filho apresentou algumas tendências que se acentuavam no estudo dos processos de leitura fundamentados em teorias da visão, do comportamento, da psicologia, da estrutura, da psicologia diferencial e da concepção funcional da criança, das teorias do condicionamento e função da linguagem no adulto e na criança.

Em busca de uma definição para leitura em meio às tendências já conhecidas, Lourenço Filho (1969, p. 47) descartou as que consideravam a leitura como “processo ou

habilidade de interpretar o pensamento exposto”, pois acreditava ser uma reação individual de cada leitor. Para o autor, a “[...] leitura apresenta-se como processo global, seja em voz alta ou silenciosa, os processos de dinamismo da linguagem e do condicionamento emocional importam sempre”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.47). Quanto à escrita, o autor verificou ser um processo mais complexo que a leitura, pois quem escreve faz, conseqüentemente, a leitura. Lourenço Filho considerava que a escrita seria mais que desenhar letras, seria um movimento ligado à linguagem oral e interior que se restringiria aos mesmos condicionamentos, explicando, desta maneira, o fato da escrita ser capaz de revelar o estado emotivo do indivíduo.

O autor analisou princípios que apresentavam a leitura e a escrita como processos simultâneos e descobriu que em ambos os casos havia “o condicionamento com a linguagem interior, ou seja, com as condutas de pensamento, as quais envolvem sempre estruturas mais ou menos complexas de fundo emocional” (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 50). No entanto, tais observações não se encaixavam nos testes que Lourenço Filho pretendia organizar. Após esta análise, percebeu o autor a necessidade de seleção das classes que levasse a uma organização escolar para implantação das classes homogêneas, devendo prevalecer, como principal critério, a classificação por níveis de maturação que seriam obtidos por meio dos testes ABC.

Na busca pela superação do fracasso na aprendizagem da leitura e da escrita, considerando até as crianças com nível mental e QI adequados, “Lourenço Filho apresenta a hipótese confirmada pelas pesquisas experimentais que realizou com alunos de 1º grau, da existência de um nível de maturidade – passível de medida – como requisito para a aprendizagem da leitura e da escrita.” (MORTATTI, 2000, p. 147). Neste momento, considera-se fundamental a análise atenta dos testes supracitados.

#### **4. Os testes ABC**

Para compor os testes ABC, Lourenço Filho demonstrou que não se podiam conceber provas analíticas que procurassem medir a memória, atenção e o raciocínio; era preciso considerar todo o processo e estabelecer testes esquemáticos e sintéticos. As provas sintéticas dividem-se em duas espécies, brutas, que se limitam a apresentar a realidade complexa assim como é, e sintéticas, por analogia que salientam os pontos críticos.

Lourenço Filho verificou que os testes comuns já utilizados nas escolas não mantinham correlação com o rendimento final da aprendizagem. Os sintéticos brutos eram

utilizados como exercícios de cópia e leitura e colhidos resultados imediatos, o que, segundo Lourenço Filho “não é assim” com exceção para os casos extremos, pois dessa forma a seleção seria uma questão de sorte, dependendo da qualidade da didática e julgamento do mestre, além de desconsiderar a “[...] variedade das curvas individuais de aprendizagem da leitura e escrita”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 55). Por meio de um gráfico, o autor mostrou as curvas de aprendizagem de crianças observadas por ele e afirmou que não se podiam aplicar tais testes nos primeiros meses, visto que a aprendizagem da leitura e da escrita se daria ao longo de um ano letivo. Dessa análise, o autor concluiu que deveria excluir os testes analíticos por inadequação, os sintéticos brutos por demonstrarem incerteza na aplicação. Restara-lhe, então experimentar as provas esquemáticas ou sintéticas por analogia.

O autor afirmou ter se valido destes critérios para elaboração dos testes ABC no intuito de escolher testes de fácil emprego. Para Lourenço Filho, “[...] a originalidade seria a de seu emprego com aferição e verificação dos resultados” (LOURENÇO FILHO, 1969, p.56). Na experimentação, o autor logo eliminou os de técnica mais difícil de aplicação e por fim foram fixados oito testes cada um com a finalidade de analisar um ou mais pontos que Lourenço Filho considerava relevante para o aprendizado da leitura e da escrita, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro I

|   |   |
|---|---|
| 1. Coord. visual-motora   | Teste1 (cópia de figuras); teste 3 (reprodução de movimentos); teste 7 (recorte em papel).  |
| 2. Resistência à inversão na cópia de figuras                                     | Teste 3 (reprodução motora e gráfica de movimentos)   |
| 3. Memorização visual   | Teste 2 (denominação de 7 figuras apresentadas, em conjunto, por 30”).  |
| 4. Coord. auditivo-motora<br>5. Capacidade de prolação<br>6. Resistência à escola | Teste 6 (reprodução de polissílabos não visuais).<br>Teste 4 e 6 (reprodução de palavra, usuais e não usuais)                             |
| 7. Memorização auditiva   | Teste 4 (reprodução de palavras de uso corrente).   |
| 8. Índice de fatigabilidade   | Teste 8 (pontilhação, em papel quadriculado).<br>Teste 7 (recorte em papel).  |
| 9. Índice de atenção dirigida   | Teste 2 (denominação de figuras); teste 5 (reprodução de narrativa); teste 7 (recorte); teste 8 (pontilhação).                            |
| 10. Vocabulário e compreensão geral   | Teste 2 (denominação de figuras); teste 5 (reprodução de uma narrativa); todas as provas, pelo que envolvem de execução a uma ordem dada. |

Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, p. 57.

Os testes eram simples, rápidos e de fácil aplicação; levava-se em média oito minutos por criança. Os resultados permitiam a classificação para alunos de velocidades mais próximas; por isso, o autor aconselhou a elaboração de um perfil individual e de classe. Os testes ofereciam “[...] base para se proporem outros exercícios e para aplicação psicológica

clínica” (LOURENÇO FILHO, 1969, p.58), que não foi o foco de Lourenço Filho, mas, segundo ele, outros autores o ensaiaram com êxito.

Como exposto anteriormente, Lourenço Filho sugeria testes de fácil aplicação e baixo custo. De um total de vinte provas no primeiro ensaio, foram selecionadas oito, que buscavam sanar as dificuldades no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Em uma pesquisa de correlação de duas em duas provas selecionou as que demonstraram relevância para verificação do que se propunha. Lourenço Filho tomou provas de técnicas conhecidas ou testes de aplicação já utilizados e os examinou quanto à qualidade e rendimento, avaliando-os em relação às idades incluídas no período de sua aplicação de cinco a doze anos. Para cada teste foram determinados três graus, fraco, médio e forte que correspondiam aos números um, dois e três. A variação era de oito a vinte e três, que passou para zero a vinte e quatro pontos.

A preocupação do autor foi além do individual, analisando o conjunto e grupos de crianças de seis a doze anos, idade a que os testes se destinariam avaliar, e crianças de sete ou oito anos que permaneciam analfabetas. Lourenço Filho considerou dois problemas importantes nesse caso que foram a avaliação “[...] numérica para verificação da sensibilidade dos testes ABC como instrumento de medida” e “[...] o de pesquisa de correlação com a idade cronológica e bem assim com a idade mental”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 68).

Para avaliar o nível de maturidade da criança para ler e escrever, Lourenço Filho precisaria que se comprovassem por meio da correlação as idades mencionadas acima. Inicialmente, far-se-ia a avaliação pelos dados de exames de crianças de cinco a doze anos, pelo menos uma centena para cada idade. Isso porque os testes poderiam apresentar diferenças por idade, ambiente social, idade cronológica, idade mental, quociente de inteligência, diferença por sexo e por cor. No entanto, o autor não identificou grandes e significativas diferenças de correlação entre tais itens e os testes ABC.

Desta maneira, para o educador, a fidelidade dos testes ABC, dar-se-ia pela *sensibilidade e coerência* das medidas, o que, posteriormente, se comprovaria em nove países, revelando que “[...] os testes ABC, satisfazem como instrumento de medida digno de confiança”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 86). Além da fidedignidade, o que se verificou desde 1930, nas primeiras aplicações em São Paulo, de acordo com o autor, é que, os testes ABC mediam o que se propunham medir obtendo validade prática. Portanto, “[...] os testes ABC não se referem a funções gerais abstratas, tais como atenção, memória, imaginação,

raciocínio – mas a aspectos de um trabalho vivo, tão semelhante como possível, em sua estruturação ao trabalho da própria leitura e escrita”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p.93).

Lourenço Filho revelou que os testes ABC apontavam para as chances das crianças aprenderem a ler e escrever mais rápido, fazendo-se conveniente separá-los em classes mais homogêneas possíveis, pois isso facilitaria o trabalho do professor permitindo uma avaliação mais justa do seu esforço, evidenciando desse modo o valor prognóstico dos testes, ou seja, de previsão antes anunciado. Considerando as ideias do autor, o fracasso inicial de aprendizagem em algumas crianças dava-se pela imaturidade para aderir a este processo,

[...] algumas não menos dotadas intelectualmente, mas imaturas para a leitura e a escrita, caem numa classe em que, como sempre acontece, outros se apresentam capazes de aprendizagem rápida. Por mais cuidado que o mestre possa ter, criam-se desde cedo para com o estudo, nessas pobres crianças, atitudes prejudiciais ao seu progresso escolar. [...] sentimento de inferioridade, ou criam-se complexos emotivos mais ou menos graves. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 96).

Diante desse problema, convinha organizar o ensino em classes seletivas, visando à ordem educativa e a eficiência no ensino, enfatizava o autor.

A primeira organização de classes seletivas por aplicação dos testes ABC, deu-se em 1930, no Grupo Escolar da Barra Funda, São Paulo, sob direção da Professora Irene Muniz. De acordo com Lourenço Filho, a experiência da referida professora apresentou reais vantagens na organização das classes seletivas de primeiro grau. Nos resultados que se verificaram ao final de um ano, em classes seletivas de primeiro ano, a promoção foi de 100%, 96%, 80%, enquanto nas classes normais foi de 63%. Esses e outros resultados confirmavam as vantagens dos testes ABC e as expectativas do autor para a classificação das classes seletivas. Para a avaliação dos resultados, o educador se propôs em ouvir a opinião dos diretores dos grupos escolares, nos quais se realizou o trabalho e dos professores de primeiro grau; em seguida, computar as diferenças do rendimento das classes em relação aos três últimos anos. Ele observou os benefícios sociais que os dados numéricos representavam para o serviço público, pois os pais passaram a confiar mais na escola pública por ter ensinado mais em menos tempo. Os testes permitiriam uma avaliação mais justa do trabalho docente, e “[...] melhor compreensão das capacidades de aprendizagem dos alunos e tratamento menos empírico de cada grupo homogêneo”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 108) e impediriam as atitudes de desânimo nos menos amadurecidos, bem como o encorajamento dos mais capazes a uma maior produção.

As conclusões positivas dos testes ABC renderam a Lourenço Filho, em 1931, o cargo de diretor geral do ensino no Estão de São Paulo; assim sendo, declarou que em todos os grupos escolares da Capital as classes de primeiro ano se organizassem seletivamente com os seguintes objetivos, “[...] habilitar os professores a conhecimento mais objetivo de seus próprios alunos [...]” (LOURENÇO FILHO, 1969, p.99), ou seja, instruí-los a respeito dos testes que haveriam de aplicar para seleção das classes; e para tentar sanar o problema dos repetentes que, às vezes, ficavam retidos no primeiro ano por quatro ou cinco anos. Em alguns estabelecimentos, 45% dos alunos eram repetentes, outros chegavam a 60 e 70%. Foi com essa preocupação que Lourenço Filho publicou o *Guia para mestres* (LOURENÇO FILHO, 1968) e a cartilha *Upa Cavalinho* (LOURENÇO FILHO, 1958) nos anos de 1956 e 1957 (MORTATTI, 2000). Nesse Guia, Lourenço Filho (1968) deixou claro que um dos objetivos da leitura naquele momento era o de elevar a compreensão do indivíduo a um progresso moral e intelectual consoante aos ideais republicanos que agitavam o país.

A realização dos testes ABC dar-se-ia seguindo as orientações de Lourenço Filho, o qual estabeleceu que as condições deveriam ser favoráveis para a criança se sentir a vontade, devendo ser bem recebida pelo experimentador que “[...] não falará em prova, exame ou teste, mas dirá à criança que quer lhe ensinar um jogo ou brinquedo divertido”. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 125). Caso a criança demonstrasse resistência em fazer, era preciso respeitá-la deixando para outra ocasião. O aluno estaria bem acomodado em uma carteira e o examinador a sua direita. Quanto ao examinador este não precisaria de uma preparação, pois as provas eram simples e objetivas. Para tanto, era necessário ler atentamente o guia de exame dispondo-se com boa vontade, ser amável e demonstrar confiança, garantindo à criança, calma e interesse pelo trabalho. Durante a realização do teste, o examinador observaria as reações do aluno, anotando-as junto ao material de cada um que seria guardado separadamente para avaliação, conforme a seleção das salas.

Segundo as orientações de Lourenço Filho, cada teste apresentava uma quantidade de pontos e a soma dos pontos atingidos pela criança resultaria no nível de maturidade (NM) para a leitura e a escrita. Os níveis dezessete ou mais pontos previam que as crianças aprenderiam em um semestre, os níveis doze a dezesseis pontos indicavam que a aprendizagem seria em um ano letivo, e os níveis abaixo de doze pontos demonstravam que a criança não aprenderia precisando de maiores cuidados. Se não atingissem sete pontos, tais crianças precisariam de exames de saúde, nível mental e emocional.

Para marcação dos testes se utilizava o seguinte material:

Figura 1-

TESTES ABC

Nome do aluno..... Sexo.....

Idade em meses..... Nacionalidade.....

Filiação.....

Profissão do pai.....

RESULTADO

|   | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 2 |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 1 |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 0 |   |   |   |   |   |   |   |   |

Data do exame.....

Examinado por.....

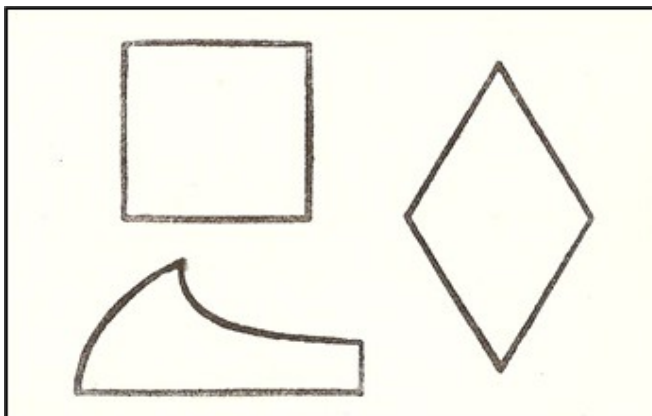
Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, p. 139.

Nos testes, havia a orientação, quanto ao material utilizado, fórmula geral e avaliação. Na sequência apresentam-se os oito testes propostos para verificar a maturidade das crianças para leitura e escrita:

#### - Teste 1

Utilizavam-se três pequenos cartões, cada um com uma figura impressa, uma folha sem pauta, um lápis e um relógio. Mostrava-se uma figura de cada vez, sendo o tempo máximo de visualização de um minuto, e em seguida pedia para a criança reproduzir a figura. Com este teste, avaliava-se a coordenação visual-motora e vocabulário e compreensão geral.

Figura 2-



Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, p. 127.

#### - Teste 2

Utilizava-se uma folha na qual estavam impressas as seguintes figuras: caneca, chave, sapato, laranja, automóvel, gato, mão. Deveria ser mostrada a folha por 30 segundos, solicitando que



a criança só observasse as figuras sem dizer nada. Após esse tempo, virava-se a folha e perguntava para a criança quais as figuras que ela viu. Este teste verificava a memória visual, a atenção dirigida, o vocabulário e a compreensão geral.

Figura 3-

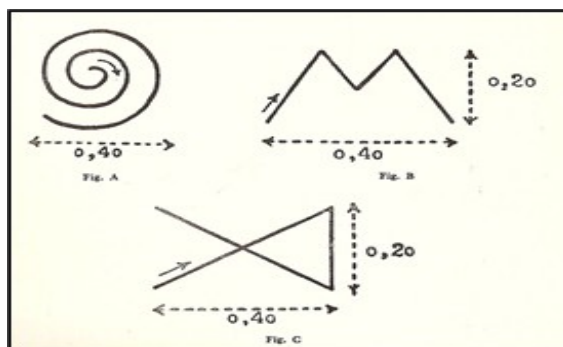


Fonte: LOURENÇO FILHO, 2008, p. 108.

### - Teste 3

O experimentador se colocaria ao lado direito da criança e iria reproduzir no ar a figura A; em seguida pediria que a criança fizesse o mesmo, reproduzindo no ar e depois no papel. O mesmo deveria ser feito utilizando as figuras B e C. Este teste verificava coordenação visual e motora, resistência na inversão na cópia de figuras e vocabulário e compreensão geral.

Figura 4-



Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, p. 129.

### - Teste 4

O experimentador pronunciava sete palavras: árvore, cadeira, pedra, cachorro, flor, casa, peteca; em seguida, pedia para a criança as repetir. Este teste verificava memorização auditiva, capacidade de prolação, coordenação auditiva, resistência à escola, vocabulário e compreensão geral.

#### - Teste 5

O experimentador contava uma história (curta) e pedia que a criança contasse a história novamente: *“Maria comprou uma boneca. Era uma linda boneca de louça. A boneca tinha os olhos azuis e um vestido amarelo. Mas, no mesmo dia em que Maria a comprou, a boneca caiu e partiu-se. Maria chorou muito. Para meninos, poderia ser usada esta outra historieta: João comprou um cavalinho. Era um bonito cavalinho de massa. O cavalinho tinha as pernas pretas e o corpo amarelo. Mas, no mesmo dia em que o João o comprou, o cavalinho caiu e quebrou. O João chorou muito”* (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 131). Este teste verificava o vocabulário e compreensão geral e atenção dirigida.

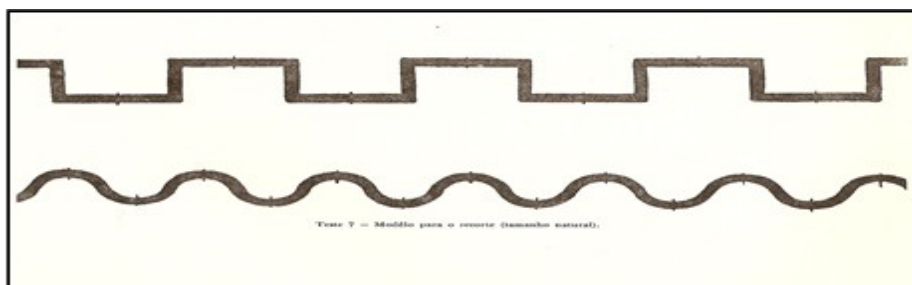
#### - Teste 6

O experimentador diria: CAVALHEIRO, e pedia que a criança repetisse em alta voz. O mesmo deveria ser feito com as palavras: TOMBADOURO, PINDAMONHANGABA, NABUCODONOSOR, DESENGONÇADO, SARDANAPALO, CONSTANTINOPLA, INGREDIENTE, COSMOPOLITISMO, FAMILIARIDADE, ITAPETININGA. Este teste verificava a coordenação auditiva, capacidade de prolação e resistência à escola, vocabulário e compreensão geral.

#### - Teste 7

Apresentava-se para a criança uma folha com dois traçados, dando-lhe uma tesoura, e lhe era solicitado que recortasse o traçado ao meio. O tempo estipulado era de um minuto para cada traço. Neste teste verificava-se coordenação visual-motora, memorização visual, índice de fatigabilidade, índice de atenção dirigida e vocabulário e compreensão geral.

Figura 5-

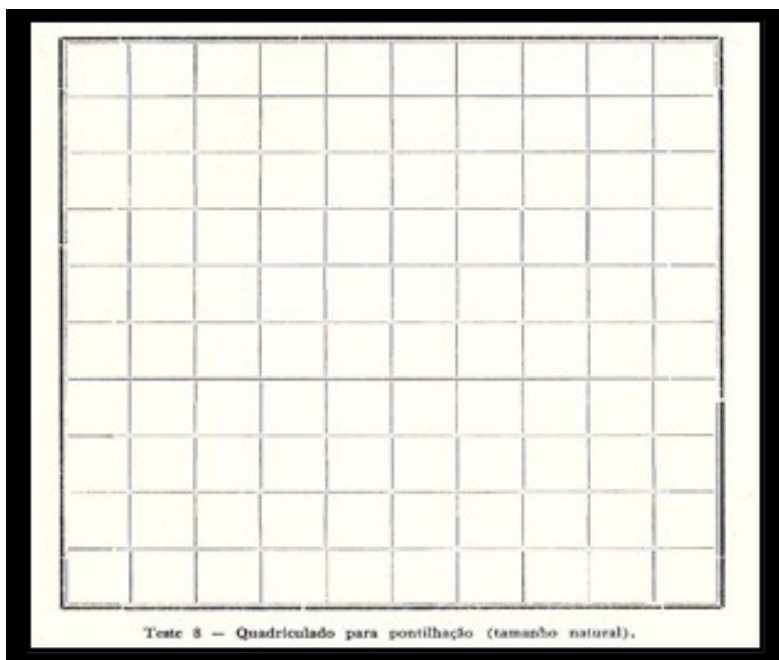


Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, p. 133.

### - Teste 8

Entregava-se um quadriculado com cem quadradinhos de 1cm<sup>2</sup> cada um e pedia-se para que a criança fizesse um pontinho bem forte em cada quadrinho o mais rápido que pudesse. Este teste verificava o índice de fatigabilidade, o índice de atenção dirigida e o vocabulário e compreensão geral.

Figura 6-



Fonte: LOURENÇO FILHO, 1969, P. 134.

Os oito testes elaborados por Lourenço Filho para verificar a maturidade necessária para leitura e para a escrita eram testes eminentemente biológicos e psicológicos, que verificavam algumas características pertinentes ao desenvolvimento e a aprendizagem da leitura e da escrita. No entanto, não se pode resumir a esses testes a questão da alfabetização, posto que, como o próprio autor pontua, a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo complexo. Dada tamanha complexidade e considerando “[...] a alfabetização como prática social e cultural em que se desenvolvem a formação da consciência crítica”, conforme Gontijo (2008, p. 198), será necessário considerar todo o processo social e familiar da criança, entre outros fatores. A medida da maturidade não pode limitar a alfabetização, visto que cada criança tem uma singularidade e um ritmo de aprendizagem. Lourenço Filho afirmou que os testes ABC poderiam servir como instrumento de observação clínica, pois “[...] colocam todos os indivíduos a observar em condições idênticas” (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 176), o que revelava ainda mais seu caráter biológico em detrimento do pedagógico.

Os testes ABC contribuíram de maneira decisiva para marcar a história da alfabetização em nosso país de acordo com Mortatti (2004, p. 67).

A palavra “alfabetização” passou, portanto, a partir desse momento histórico, a designar um processo de caráter funcional e instrumental, relacionado com o escolanovismo e com o ideário político liberal de democratização da cultura e da participação social. Desse ponto de vista, “alfabetização” passou a designar explicitamente um processo escolarizado e cientificamente fundamentado, entendido como meio e instrumento de aquisição individual de cultura e envolvendo ensino aprendizagem escolares simultâneos da leitura e da escrita, estas entendidas como habilidades específicas que integravam o conjunto de técnicas de adaptação do indivíduo às necessidade regionais e sociais.

A alfabetização do povo nesses moldes era requisito básico para se chegar ao progresso idealizado pelos republicanos, ou seja, os testes incluem-se como instrumento de fixação dos ideais positivistas de elevação da cultura do povo para exercerem seus direitos como cidadãos que lutam pela sua pátria.

Os testes expressaram, a princípio, a preocupação do educador Lourenço Filho com a alfabetização, principal instrumento para elevar o grau de instrução do povo e modernizar o país. Diante do cenário caótico das escolas públicas, como já exposto anteriormente, a obrigatoriedade, a laicidade e a gratuidade do ensino se apresentavam como um novo desafio a ser enfrentado, pois as poucas escolas desprovidas de condições para o ensino e a falta de profissionais capazes de assumir o magistério deixavam claro que havia a necessidade de uma classificação dos alunos para se atender toda a demanda. Nesse emaranhado de tentativas, em busca de um ensino eficaz, os testes ABC representaram uma saída plausível por meio da classificação e seleção das classes homogêneas.

Com os novos ideais republicanos, o Brasil apresentava dificuldades para estabelecer sua economia. A necessidade de investimento nos setores básicos, educação e saúde era incontestável. Diante disso, os testes ABC contribuíram para com o setor econômico, por poupar esforços dos professores e por meio das classes seletivas, aumentar o grau de promoção dos alunos, diminuindo a repetência.

Como exposto ao longo do artigo, a escola pública dava seus primeiros passos e apresentava ainda muitas deficiências tanto na organização do espaço físico como na formação dos profissionais. Partindo dessa visão, é possível compreender a relevância do trabalho de Lourenço Filho como um dos poucos educadores que se dispunham a investigar

de forma tão profunda a questão da alfabetização. Diante desse cenário, Cardoso (1959, p.142) revela que:

[...] de um lado a importância de “aprender a ler e escrever” em nossa cultura e de outro, a população mal distribuída por mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, com um número insuficiente de escolas, [...] nas democracias, em que o voto de cada cidadão tem peso nos destinos da coletividade, aquele que é *incapaz de ler e escrever*, embora dito alfabetizado porque decifra e desenha palavras, torna-se elemento negativo e instrumento fácil em mãos inescrupulosas [...]. (grifos da autora)

Os testes ABC expressaram, portanto, a urgente necessidade de organização do ensino brasileiro e implementação na formação dos profissionais.

Nesse momento histórico, Mortatti (2006) destaca que o método para se alfabetizar se subordinava ao nível de maturidade das crianças, sendo uma questão de medida. Os testes ABC representaram na história da alfabetização uma das diversas tentativas de solucionar o problema de crianças que vem para a escola, mas, ao final de um ano letivo, não conseguiram aprender a ler e a escrever.

O educador e psicólogo Lourenço Filho procurou entender qual era realmente o momento em que a criança estaria apta para aprender a ler e escrever. Sua preocupação centrava-se no campo psicológico, pois “[...] a criança que não chega a aprender a leitura e a escrita, não obstante seus esforços e o dos pais, sente-se frustrada; nela se desenvolvem sentimentos de inferioridade dos quais talvez nunca chegue a libertar-se”. (CARDOSO, 1959). Os testes ABC destacam a proposta do autor em sanar os problemas individualmente a fim de alcançar toda a sociedade.

Considera-se pertinente a percepção de Lourenço Filho em analisar aspectos psicológicos que influenciam de fato no aprendizado da leitura e da escrita; no entanto, não podemos prever se a criança irá ou não aprender, mas cabe a escola e ao professor oportunizar, por meio de ações pedagógicas, condições para o desenvolvimento da alfabetização. Gontijo (2008) afirma que a crença na capacidade de aprendizado de todas as crianças é um dos requisitos básicos para se alcançar o sucesso no ato de alfabetizar, e considera equivocada a atitude de prever o aprendizado de acordo com a condição social, econômica ou cultural de cada criança, devendo-se considerar que todos tem o direito de aprender.

## 5. Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que a importância dos testes ABC reside no fato de expressar os objetivos e postulados da Escola Nova que emergiam naquele momento histórico, em o desenvolvimento biológico e psicológico da criança se sobressaia em relação ao método de ensino, o que representou o início da psicologia educacional. Ele expôs a tentativa mais bem elaborada em sanar o problema do fracasso escolar estampado pela repetência, bem como revelava as deficiências da escola primária no início da República, tendo como forma de organização do ensino as classes seletivas. Demonstrava, ainda, uma possível maturidade requerida para o aprendizado da leitura e da escrita que as posteriores pesquisas vieram a desconsiderar. Dessa forma serviram como ponto de partida para muitas pesquisas no Brasil e no exterior. Alertaram para o fato da atual importância do desenvolvimento da criança na pré-escola não como determinante da aprendizagem, mas como preparatória para alfabetização. Marcaram a história da alfabetização por considerar esta passível de medida, como nos afirma Mortatti (2000).

Considera-se importante a leitura do livro de Lourenço Filho sobre os testes ABC, por permitir conhecer a história da alfabetização no Brasil, no intuito de descobrir as implicações na sua implementação nas escolas de modo a selecionar os níveis de maturidade das crianças, buscando constituir classes homogêneas para otimização do tempo e do trabalho do professor. Este tema provoca discussões ainda nos dias atuais, com vistas de se chegar a conceber uma solução para se alfabetizar de maneira menos árdua para os professores e mais prazerosa para as crianças que hoje se encontram em nossas escolas.

Concluimos dessa forma que, mesmo com ritmo e forma diferente toda a criança tem condições de ser alfabetizada, desde que, o professor esteja bem informado quanto às ações pedagógicas que deverá desenvolver para o desempenho dos seus alunos. Cabe àquele estar balizado nas teorias educacionais que consideram todo contexto social da criança e não apenas o biológico. A insistência de Lourenço Filho na dificuldade de algumas crianças serem alfabetizadas torna-se passível de críticas e abre um leque para novas investigações.

O uso do termo maturidade, nos dias atuais, é um exemplo da influência do trabalho de Lourenço Filho que foi passado de geração a geração de professores sem o devido esclarecimento de seu significado. O problema do fracasso da escola brasileira em ensinar crianças a ler e escrever permanece, agora com a garantia de acesso e permanência na escola, inclusive de promoção.

## Referências:

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani.  **Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da cartilha Upa, cavalinho!** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARDOSO, Ofélia Boisson. Lourenço Filho e os problemas da leitura e da escrita In: Associação Brasileira de Educação. **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 134-146.

FREIRE, Paulo. Escola primaria para o Brasil. In **Re. Brs. Est. Pedag.**, Brasília 2005.v. 86.

GONTIJO, Cláudia Maria. **A escrita infantil**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMME, Paschoal. O manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v.86, n. 212, p.163-178, jan./abr.2005.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Testes ABC** – para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. 11. ed. (com material de aplicação). São Paulo: Melhoramentos, 1969. (Obras Completas de Lourenço Filho, v. III).

\_\_\_\_\_ - **Cartilha do povo** para ensinar a ler rapidamente. 42. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

\_\_\_\_\_ - **Upa, Cavalinho!** – cartilha. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_ - **Testes ABC** – para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. 13. ed. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?cat=11&subcat=31> Acesso em 19/09/2011.

\_\_\_\_\_ - **Introdução à escola nova**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

\_\_\_\_\_ - **Guia do Mestre**. Vol. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **Implementação de práticas de alfabetização e letramento**. Maringá, UEM, 2010 (digitado).

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In: **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá. EDUEM 2. Ed. 2009.

\_\_\_\_\_ - A relação entre educação e modernização social no Brasil - as posições de Rui Barbosa e Monteiro Lobato. **Diálogos Revista Electrónica de Historia**, Costa Rica, v. 3, n. 2 y 3, p. 1-15, 2002. Disponível em: [historia.fcs.ucr.ac.cr/congr-ed/brasil/ponencias/gomes\\_machado.doc](http://historia.fcs.ucr.ac.cr/congr-ed/brasil/ponencias/gomes_machado.doc). Acesso em: 21/09/11.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília, Portal Mec, 2006. Disponível em: [www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610387\\_08\\_postextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610387_08_postextual.pdf).

\_\_\_\_\_ - **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

\_\_\_\_\_ - **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU/Editora da USP, 1978.

PAN, M. A. G. S. A definição científica da deficiência intelectual e o conceito de inteligência. In: **O direito a diferença: Uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p.1-3. Disponível em: <http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf> acesso em:08/10/11.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2008 (Coleção memória da educação).

\_\_\_\_\_ - **O legado educacional do século XX**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006 (Coleção Educação Contemporânea).

SOARES, Magda Becker. Alfabetização e letramento: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan/abr. 2004.

SOUZA, R.F. Espaço da educação e da civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In:SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, Autores Associados 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação – a escola Progressiva, ou, a Transformação da escola**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_ - Lourenço Filho e a educação. In: **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. Livro Jubilar. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p. 65-68.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. Ed., Porto Alegre, RG: Mercado Livre, 1985.